

A metamorfose discursiva de um Lula sindicalista para um Lula presidente

MARIA DE FÁTIMA MACHADO

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar, sob a perspectiva da teoria da Análise do Discurso Francesa, uma charge e uma reportagem que têm o mesmo tema, a troca de papéis discursivos, ou seja, de posições-sujeito, perceptível nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva, em diferentes contextos, nos quais o locutor apresenta duas formas-sujeito diametralmente opostas. À luz do referido material teórico, considera-se a hipótese de um político não ser sujeito de seu discurso, sofrendo, como qualquer sujeito, coerções do lugar de onde enuncia, sobretudo em razão de ser atrelado a seu papel dentro da Política. Analisaremos o papel das condições de produção dos dois discursos no processo dessa “metamorfose”.

Palavras-chave: Discurso. Interdiscurso. Ideologia. Forma-sujeito. Posição sujeito.

1. Considerações iniciais

O presente artigo pretende comparar uma charge e uma reportagem, ambas com tema similar, a mudança de posicionamento de Lula em relação à Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (a partir de agora, CPMF), imposto que, em princípio, visava a beneficiar a área da saúde e que vigorou a partir do ano de 1996. A reportagem, intitulada “Lula apela pela CPMF e faz mea-culpa por ter sido contra o imposto no governo FHC” é de autoria de Luiz Cláudio de Castro e Rodrigo Viseu e foi publicada por *O Globo Online*, em 06/12/2007. A charge, postada no dia 12 de dezembro de 2007 pelo jornalista ilustrador Cícero em seu blog, mostra as posições de Lula, antes como sindicalista, hoje, como Presidente da República em meio à polêmica discussão suscitada pela votação da manutenção ou não da CPMF. Sabe-se, porém, que, historicamente, a posição de Lula em relação ao imposto mudou, fato apontado pelo chargista, ao comparar Lula nas duas posições-sujeito: enunciando seu discurso, primeiro como sindicalista, e depois como Presidente, ou seja, por meio de suas escolhas discursivas, deixando claras duas posturas contrárias (e, do ponto de vista político, contraditórias): contra ou a favor do referido imposto. O objeto de análise desse artigo é, portanto, a análise das condições de produção do discurso, as quais propiciaram essa troca de papéis discursivos em que o mesmo locutor (Lula) apresenta-se com duas formas-sujeito distintas: a do ex-sindicalista para o atual estadista, na qual o sujeito discursivo ora se opõe, e ora defende o imposto.

Para esse trabalho, tomou-se como ponto de partida a concepção althusseriana

de discurso, apontada por Mussalim (2001, p. 123), como “um aparelho ideológico através do qual se dão os embates entre posições diferenciadas”. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são essas relações de força que caracterizam as lutas de classes pela manutenção da ideologia que lhe é própria.

Althusser (1970, apud MUSSALIM, 2001, p. 101) propõe o conceito de *aparelhos ideológicos*, segundo o qual o “aparelho repressivo do Estado (ARE)” funciona “pelo exercício da força” e tem sua ação complementada por instituições – denominadas *aparelhos ideológicos de Estado* (AIE): a escola, a religião, as Forças Armadas, etc. – e por meio de cujas práticas se pode depreender como funciona a ideologia.

Essa luta de classes é sustentada no poder e por diferentes lugares que se fazem valer na comunicação e que devem ser interpretados questionando-se: “o que isto quer dizer?” Este é o trabalho da ideologia, que adquire materialidade no discurso e que, nessa relação com a língua, tem, segundo Orlandi, o papel de

produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. A ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição dos sentidos. O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. E não há sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2002, p. 46-47).

A ideologia materializa-se por meio de conjuntos de enunciados que podem ser denominadas “formações discursivas” e que correspondem a “formações ideológicas” atribuíveis a determinados grupos. Brandão assim define esse conceito:

Uma formação discursiva é constituída por um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras. Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas interligadas (BRANDÃO, 2002, p. 38).

Nessa perspectiva, depreende-se que é a ideologia que constitui o indivíduo em sujeito, e, para que haja interpretação, para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, na forma de uma memória discursiva, que é tratada como interdiscurso, como veremos a seguir. Orlandi (2002) lembra que “os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender”. O analista poderá interpretar esses vestígios, a partir da manifestação linguística, mas considerados sob a perspectiva da área de sua especialidade, razão pela qual a Análise do Discurso pode

valer-se de teorias específicas, tais como Antropologia, História, Sociologia, Política, etc.

Nesse modo de concebê-la, a interpretação não é livre de determinações, pois a linguagem, os sentidos e os sujeitos não são transparentes, eles têm sua materialidade e se constituem em processos nos quais a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente. A memória institucionalizada é atualizada pelo discurso e, associada a ela, manifesta-se a memória constitutiva, o interdiscurso, que igualmente atualiza, nos “já-ditos”, as coerções socioideológicas a que cada formação discursiva está sujeita. Assim, em todo discurso de um “Eu”, há o discurso de um “Outro” que o atravessa, e que pode surgir tanto na superfície linguística, no que é dito, como naquilo que não é dito, ou silenciado. Essas vozes que atravessam o sujeito discursivo levaram os analistas do discurso a adotarem o conceito de heterogeneidade, desenvolvido por Authier-Revuz (1990, apud Mussalim, 2001, p. 134). Essa noção resultou de duas bases teóricas: o conceito de dialogismo, proposto por Bakhtin, e os estudos da Psicanálise (numa releitura que Lacan fez de Freud) sobre o inconsciente, no qual o sujeito é apresentado, ao mesmo tempo, como descentrado e como a soma de todos que interferem em sua maneira de pensar. É por essa razão que se afirma, de acordo com Foucault (1996, p. 17) que “o sujeito não é senhor do seu discurso, fonte poderosa de sua palavra; é um sujeito descentrado, que cinde em muitos porque é partícula de um corpo histórico-social”. É na “reprodução” das formações ideológicas e discursivas deste corpo social que o indivíduo se elege em *sujeito*. Segundo Mussalim (2001, p. 134), “o inconsciente é o lugar desconhecido, estranho, de onde emana o discurso do pai, da família, da lei, enfim, do Outro e em relação ao qual o sujeito se define, ganha identidade”. Assim, para agir discursivamente “como pai”, o indivíduo “fala como tal”, adotando formações discursivas próprias desse lugar. Há, pois, conforme a visão da Psicanálise e conforme o dialogismo, a presença do outro no discurso de todo falante, ou seja, o sujeito discursivo é sempre heterogêneo.

O conceito de heterogeneidade será útil para mostrarmos a presença de formações discursivas diferentes no discurso de Lula. Sob a hipótese preliminar da desvinculação de um papel discursivo por parte do Lula, ora como sindicalista – contra a CPMF –, ora como Presidente do Brasil – a favor desse imposto –, pode-se construir consequentemente uma noção de “sujeito descentrado”, conforme a proposta de Authier-Revuz (1990). Mas se esse sujeito heterogêneo, que se divide, não pode ser considerado como senhor de seu dizer, porém como “a relação entre o “eu” e o “outro”; e se a própria Análise do Discurso prevê essa interpenetração de formações discursivas, como poderemos responsabilizar Lula por essa dupla “posição-sujeito”? Nossa análise buscará a resposta para essa questão, pois é considerando esse sujeito heterogêneo, descentrado, que se desenvolverá o presente estudo, mas procurando, além da heterogeneidade, a regularidade instalada por essa mescla de ideologias que instaura uma nova formação discursiva.

2. As condições de produção do discurso

Segundo Orlandi (2002, p. 40), “as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário”. Assim, as *condições de produção* compreendem fundamentalmente os sujeitos, a situação e a memória discursiva.

Dentre as condições de produção, destacamos o “mecanismo imaginário”, que apresenta a forma como se relacionam os elementos envolvidos no processo da comunicação: um locutor, um alocutário, um referente, uma forma de dizer, um contexto em sentido estrito e um contexto em sentido amplo. Segundo Orlandi,

esse mecanismo (o mecanismo imaginário) produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras (ORLANDI, 2002, p. 40).

Com relação ao *sujeito discursivo*, Mussalim (2001, p. 46) observa que a sua caracterização reside no fato de ele “não ser livre para dizer o que quer, a própria opção do que dizer já está em si determinada pelo lugar que ocupa no interior da formação ideológica à qual está submetido”. Os teóricos de Análise do Discurso lembram que sujeito e sentido são constituídos no discurso, nunca a priori. É importante não deixar interferir a imagem empírica do falante em sua imagem discursiva. Vem a propósito citar o exemplo da criança que diz à mãe: “Mãe, você está falando igual minha professora!”. É a imagem da professora que é a imagem discursiva, da qual a mãe (ser empírico) investiu-se, ao falar para a criança. Exemplificando essa condição a partir dos textos de nosso corpus, podemos dizer que o sujeito empírico, Lula, apresenta-se com duas facetas discursivas, cada uma referente a uma posição-sujeito distinta. Ainda com relação à instância do sujeito, é necessário precisar duas noções: a de *posição-sujeito* e a de *forma-sujeito*, cuja definição emprestamos de Araldi, (2005, p. 325):

Forma sujeito é a posição da qual o sujeito diz, ou seja, se está falando como *profissional*, como ocupante de *cargo*, de um *lugar* reconhecível (pai, irmão, amigo...), grau de instrução, formação religiosa, etc. E a *posição sujeito*, que consiste na escolha possível entre esta ou aquela forma de comunicar, selecionando este ou aquele argumento, no interior de uma determinada formação discursiva.

No episódio a que os dois textos se referem, temos, num primeiro momento (recuperado da memória discursiva), o ser empírico, Lula, na *forma-sujeito* de operário e sindicalista, cuja *posição-sujeito* enunciava uma posição clara à aprovação da CPMF. Te-

mos ainda o mesmo ser empírico na *forma-sujeito* de Presidente da República, mas que, embora ocupando a Presidência da República, sempre gerou expectativas de uma atitude de esquerda. É nessa forma-sujeito que sua *posição-sujeito* vai causar o impasse que os textos de nosso corpus criticam.

O *alocutário* é “aquele para quem se diz o que se tem a dizer, sua posição sócio-histórica” (CARDOSO, 1999, p. 38) e, nos textos em estudo, é uma instância ocupada pelo povo brasileiro, que é atingido pelas decisões do Presidente.

O *referente* é “o que se quer dizer, sempre determinado pelos sistemas semânticos de coerência e de restrições” (CARDOSO, p. 38). Na escolha de nosso corpus, optamos por buscar textos que mantivessem um referente comum (ao menos parcialmente, considerando-se que o artigo apresenta mais informações que a charge).

Quanto à *forma de dizer*, Cardoso (1999, p. 38) afirma que “numa determinada língua, é preciso que se escolham as estratégias para se dizer”. No texto de charges, há sempre o recurso não apenas à linguagem verbal, mas também à não-verbal, na forma de figuras e recursos gráficos. Considerando a relação entre os alocutários e as formas do dizer, podemos antecipar que a reportagem é direcionada a um público específico, que quer compreender o fato em sua completude, para fazer seu próprio julgamento enquanto a charge – por sua menor extensão e maior rapidez de processamento –, é mais consumida pelo “povão”.

O *contexto em sentido estrito* “são as circunstâncias imediatas; o aqui e o agora do ato de discurso” (CARDOSO, 1999, p.38). O contexto restrito insere-se no contexto lato. Ainda de acordo com autora, *um contexto em sentido lato*

são as determinações histórico-sociais, ideológicas, o quadro das instituições em que o discurso é produzido – a família, a escola, a igreja, o sindicato, a política, a informação, a língua etc. Inclui-se aqui *um sistema de restrições* que determina os objetos, as escolhas temáticas, as modalidades enunciativas de um determinado discurso, assim como a relação entre os discursos, as possibilidades de citar do interior de um discurso etc.

Tais condições de produção do discurso, ao mesmo tempo que “descrevem” o processo discursivo, funcionam como um instrumento metodológico, que aqui utilizaremos.

Antes de focalizarmos a análise particular a cada texto, na seção 2.2, apresentamos, em conjunto, a análise de elementos comuns a algumas das condições de produção desses dois textos.

2.1 Condições de produção comuns aos dois textos do corpus em análise

Entre as condições de produção que coincidem nos dois textos de nosso corpus, podemos citar: o *referente*, desde que ambos os textos têm, como tema, a contradição do discurso de Lula sobre a CPMF (sua posição-sujeito de quando era operário e a sua posição-sujeito no cargo de Presidente); o *contexto específico* que envolveu sua declaração

(embora a charge o apresente numa abordagem “ficcional”, colocando Lula-operário diante de Lula-Presidente); e o *contexto lato*, que é o Brasil, no momento em que acontece o fato do “aqui/agora” do contexto restrito. E, se o discurso de Lula ocorre em um momento histórico anterior, esse momento é recuperado pela memória discursiva do brasileiro – interlocutores do artigo e da charge –, e “disponibilizado” para o processamento desses textos. O sujeito discursivo Lula, por adotar posições-sujeito distintas, será abordado individualmente, na análise de cada texto. Da mesma forma, serão abordadas separadamente as “formas do dizer”, e ainda locutores e alocutários (estes, considerados em nível de autor/leitor).

Se tanto o artigo quanto a charge em análise têm o mesmo referente (o posicionamento de Lula em relação à aprovação da CPMF), consideramos útil um esclarecimento sobre o tema tratado, inserindo-o no contexto sócio-histórico que envolve a criação e prorrogação desse imposto.

Antes da CPMF, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, vigorou de 1993 ao final de 1994 o IPMF (Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira), criado por Fernando Henrique Cardoso, este era Ministro da Fazenda de Itamar Franco. Tinha uma alíquota de 0,25%. Em 1996, por esforço do Ministro da Saúde do presidente Fernando Henrique Cardoso, esta contribuição foi resgatada com novo nome, alíquota de 0,2% e os recursos com ela arrecadados destinados à saúde, o que levou à saída de Jatene do governo FHC. Nas prorrogações subsequentes do tributo, sua alíquota foi aumentada para 0,38% em 1998 (ainda no governo FHC), com parte do dinheiro destinada à Previdência. Em 2000, no segundo governo de FHC, a alíquota caiu para 0,3%, mas o senador Antônio Carlos Magalhães defendeu o retorno para 0,38%, com os recursos sendo destinados para o fundo de combate à pobreza. Esta alíquota passou a vigorar desde março de 2001 (<http://clipping.planejamento.gov.br>)

O contexto da época revela que, depois de sua criação, a CPMF, que, em sua denominação, tinha caráter provisório, foi contraditoriamente prorrogada diversas vezes. Em todas as prorrogações, FHC, seja como Ministro da Fazenda ou Presidente da República, apresentou um discurso que era naturalmente o de defensor do tributo.

O contexto lato de ambos os textos abrange, pois, o Brasil de duas épocas históricas: a da criação da CPMF e a atual. Quando esse imposto foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva já era sindicalista e, nessa posição, participou de várias manifestações contra a prorrogação da CPMF, o que já esclarece a relação dessa primeira posição-sujeito com o referente de seu discurso naquele contexto. Ainda para a compreensão dos contextos latos (das duas épocas) e do contexto restrito em que a contradição no discurso de Lula causa reações na mídia, faz-se também necessário delinear uma breve biografia do atual presidente, levantando fatos que possivelmente possam esclarecer a mudança de posição do sujeito discursivo que analisamos.

Luis Inácio Lula da Silva, atual presidente da república, é de origem pernambucana e,

como milhões de nordestinos, foi para São Paulo com sua família em busca de melhores condições de vida. No ano de 1968, já trabalhando como metalúrgico, em São Bernardo do Campo, filia-se ao Sindicato dos Metalúrgicos por influência do irmão. Em 1975 foi eleito presidente do sindicato e reeleito em 1978, tendo participado, durante esse período, de várias manifestações e greves no ABC paulista. Chegou mesmo a ser preso depois de uma greve em 1980.

Com a criação do PT, Lula encerra sua carreira como sindicalista e inicia a vida política se elegendo deputado federal em 1986. Em 1989, na primeira eleição direta para presidente desde 1964, Lula se candidata, mas perde para Fernando Collor de Mello. Em 1994 e em 1998, volta a candidatar-se à presidência, mas, dessa vez, perde nas duas eleições para Fernando Henrique Cardoso, tornando-se o maior opositor à política de FHC. Em 2002, já com um discurso mais moderado, porém, mesmo assim, pregando uma mudança em relação ao sistema vigente, Lula chega à Presidência da República sendo reeleito em 2006.

(http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_In%C3%Alcio_Lula_da_Silva)

Observa-se que a grande mudança sociopolítica pela qual passou o ser empírico, Lula, já propicia rupturas enunciativas na posição-sujeito que enuncia em um extremo e a que enuncia em outro.

Para Foucault, “um discurso é um conjunto de enunciados que têm seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1996, p. 55). Desse modo, analisar a formação discursiva consistirá, então, na descrição dos enunciados que a compõem, que remetem a uma mesma formação ideológica, ou seja, um mesmo texto pode aparecer em formações discursivas diferentes, acarretando, com isso, variações de sentido.

O contexto lato inclui, pois, o sujeito do discurso criticado (pelos repórteres e pelo chargista) nos dois momentos de sua carreira política, representando duas formas-sujeito opostas: a do sindicalista e petista que se opunha à criação da CPMF, alegando que seria prejudicial ao povo; e a forma-sujeito do Presidente que agora defende a manutenção dessa taxa.

Justificando sua metamorfose política em nome do governo, e a defesa do imposto para atender a fins sociais, sabe-se, pela memória discursiva, que o governo de Lula não queria abrir mão dos 40 bilhões arrecadados anualmente com a CPMF e ainda isentou os investidores estrangeiros e os exportadores do pagamento do imposto.

2.2. Condições de produção específicas a cada um dos textos do corpus analisado

2.2.1 O artigo e as condições de produção do discurso da reportagem

A análise de nosso corpus inicia-se com a reportagem *Lula apela pela CPMF e faz mea-culpa por ter sido contra o imposto no governo FHC* (anexo), publicada em *O Globo Online*, considerando-se que esta é um possível interdiscurso da charge.

Nesse estudo, há de se considerar as condições de produção do discurso da reportagem publicada no *Globo Online*: os repórteres, Luiz Cláudio de Castro e Rodrigo Viseu são os *locutores*, e o *alocutário* é o povo brasileiro que acompanha o dia a dia da política.

A análise de nosso *corpus* inicia-se com a reportagem *Lula apela pela CPMF e faz mea-culpa por ter sido contra o imposto no governo FHC* (Anexo), publicada em *O Globo Online*, considerando-se que esta é um possível interdiscurso da charge.

Nesse estudo, há de se considerar as condições de produção do discurso da reportagem publicada no *Globo Online*, entre as quais, as instâncias dos locutores e dos alocutários possíveis. Os repórteres, Luiz Cláudio de Castro e Rodrigo Viseu são os *locutores* e, embora pareça redundante descrevê-los dessa forma, são, ambos, cidadãos brasileiros, cultos e politizados. O que importa numa análise é distinguir esse perfil de locutor de casos opostos – como é o exemplo de muitos políticos – que produzem textos contraditórios ou mesmo de pouco valor crítico. O *alocutário* é o povo brasileiro, mas, diferente do leitor que lê apenas manchetes de jornais e o faz de forma superficial, supõe-se que seja um leitor consciente, que acompanha o dia a dia da política e, como todo cidadão politizado, busca textos de conteúdo crítico mais substancial.

Quanto *ao referente*, Lula defende a manutenção da CPMF e, aos governadores presentes à cerimônia de lançamento do PAC da Saúde, solicita ajuda para convencer os senadores representantes de seus estados a prorrogarem o tributo. Como se tal postura fosse inerente a sua nova forma-sujeito, Lula justifica sua metamorfose política (nova posição-sujeito), dizendo ser ela “reflexo de sua posição” sociopolítica.

Na *forma de dizer*, Lula defende a prorrogação da CPMF e, como argumento para tentar convencer a oposição, fala da importância que tem o imposto para a continuidade dos investimentos nos programas sociais. Antecipando estrategicamente as críticas que a mudança de discurso acarretará, adota uma postura humilde (que neutraliza agressões), para justificar sua metamorfose política. Um outro recurso argumentativo da charge é o apelo ao humor, ao fazer uma alusão à música “Metamorfose Ambulante” de Raul Seixas. Dessa maneira, a posição-sujeito do Presidente assume a defesa do tributo – antes condenada pelo dirigente petista e sua bancada, alegando que agora governa em nome da realidade, ou seja, conforme o Orçamento da União, que depende de 40 bilhões da CPMF para fazer investimentos. Um dado numérico é outro recurso forte de argumentação, porque se pressupõe que “números” normalmente não mentem. Seu argumento quanto a “governar em nome da realidade” deixa, no entanto, o pressuposto de que a posição-sujeito do sindicalista, que se opôs à criação da CPMF, ou de quem esteja fora do governo, correspondia a um discurso “fora da realidade”.

Já o *contexto em sentido estrito* apresenta Lula tentando convencer seus alocutários (oposição política e povo brasileiro) com os argumentos que apresenta e inclusive expondo sua metamorfose política, desde que no momento, como Presidente, luta pela prorrogação da CPMF, justificando sua mudança como um reflexo da posição que exerce: a de um sujeito discursivo que assume, arrependido, o mea-culpa pelo erro do dirigente petista, do qual a atual forma-sujeito se distancia, num ato de denegação.

No contexto em sentido lato, vêm à tona a trajetória da CPMF, criada no governo FHC, os discursos de Lula, antes e depois, contra e a favor do imposto, respectivamente como dirigente do PT e como Presidente da República.

2.2.2 A charge e as condições de produção do discurso



Charge de Cícero. Fonte: <http://ciceroart.blogspot.com/>¹. Data: 12/12/2007

Para essa análise, considerar-se-ão as condições de produção do discurso do chargista. O chargista Cícero, locutor da charge em análise, é Editor de Informação Visual (Infografia) do *Jornal de Brasília*, e tem um perfil que se apresenta similar ao dos autores do artigo analisado.

Seu alocutário é o povo brasileiro, o leitor consciente, politizado que, ainda que não leia textos como a reportagem analisada, mantém-se minimamente informado, de maneira a compreender a que o humorista se refere. A charge mostra que o povo brasileiro percebe com clareza a mudança de posição-sujeito de Lula em relação à CPMF: em seu discurso como sindicalista e depois, como representante da nação. Esse alocutário é do tipo que questiona o discurso de Lula e, numa empatia com o texto da charge, adota uma postura crítica, que o leva a ponderar sobre outros aspectos, tais como: que circunstâncias – dentro do papel que desempenha na sociedade – levam o indivíduo a

¹ Para facilitar a consulta ao texto, optamos por inserir a charge nesta seção, deixando apenas a reportagem como anexo.

mudar de posição-sujeito? O que leva um locutor a deixar que seu discurso seja atravessado pelo seu avesso?

O *referente* é o questionamento à mudança de Lula, de uma para outra formação ideológica – apresentando-se como um sujeito que passa por uma metamorfose política, colocando-se numa forma-sujeito que lhe interessa manter e mostrando que, para permanecer nesse status, ele chega mesmo a adotar o discurso capitalista: “quando se vira governo, governa-se em função da realidade”. Desse modo, vemos, na charge, de um lado, a forma-sujeito de Lula, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, num discurso engajado nas causas trabalhistas, participando de uma manifestação contra a CPMF; de outro lado, a forma-sujeito de Lula como Presidente do Brasil, ciente da posição (poder) que ocupa, usando no paletó (num discurso gestual que reforça seu dito) um “botom” que defende o imposto.

Quanto à *forma de dizer* escolhida pelo chargista, destacamos, no discurso verbal, a fala de Lula Sindicalista, contra a CPMF: “Não acredito que você sou eu”, interpellando o seu interlocutor, Lula Presidente, defensor do imposto, que responde com a seguinte afirmação: “Metamorfose política, meu caro ambulante”. Nessa declaração, devem ser consideradas várias manifestações de heterogeneidade. A primeira está na citação que o personagem de Lula Sindicalista faz: é um enunciado na forma de uma negação polêmica, que pressupõe uma voz que afirma o contrário do que é negado. Outro exemplo de heterogeneidade está na “voz” dada a Raul Seixas, compositor da música “Metamorfose Ambulante”, à qual a fala do personagem de Lula Presidente faz alusão, ao usar a expressão “metamorfose política”. As duas vozes se misturam.

É necessário “ler” o que não foi dito da música, mas que é também atualizado pela memória discursiva, quando a expressão citada, como um “gancho”, puxa para o texto todas as sequências que interessam, tal como ocorre na introdução da música: “Prefiro ser / essa metamorfose ambulante / do que ter aquela velha opinião / formada sobre tudo. / Eu quero dizer/ agora, o oposto do que eu disse antes”. A letra da canção resume a mudança operada nas formações discursivas adotadas por Lula. Tendo em vista que a palavra *metamorfose* significa *transformação e mudança*, percebe-se que atualmente é outra a opinião de Lula, como Presidente do Brasil: é favorável à CPMF e, ao adotar uma formação discursiva própria de direita, seu discurso ganha também a presença dessa nova voz. Na fala do mesmo personagem (Lula Presidente), a expressão “meu caro ambulante”, tanto remonta heterogeneamente ao locutor Lula, que habitualmente usa em seus discursos a expressão “meu querido”, “meus caros” (“E boa sorte, meu querido amigo, Carlos Mesa”, “Meus queridos e queridas companheiras”, “Meu querido companheiro João Felipe, Presidente da CUT”, etc.), como parece também remeter (em mecanismos distintos de heterogeneidade) à forma de o detetive Sherlock Holmes² tratar seu assistente, o Dr. Watson (“meu caro Watson”). Sherlock Holmes se dirige ao seu companheiro com a expressão “meu caro Watson”, demonstrando afetividade,

² O detetive Sherlock Holmes é uma criação do escritor inglês *Arthur Conan Doyle*.

embora haja entre os dois uma relação de hierarquia, já que essa fórmula no discurso de Holmes sempre serve para introduzir uma explicação que escapa à compreensão do Dr. Watson. O personagem de Lula Presidente, embora use a forma “meu querido” no início do vocativo, termina por chamar o seu interlocutor – pura e simplesmente – de “ambulante”. Esse “arremate” no tratamento dado ao interlocutor, além de produzir o efeito de hierarquia (acrescentada pela heterogeneidade da voz de Holmes), acrescenta ao discurso uma nota de menosprezo.

Ainda com relação à *forma de dizer*, o locutor abre os olhos do leitor através da metáfora visual, que revela a postura arrogante do personagem de Lula Presidente (ventre proeminente e ombros eretos, distinguindo-se da figura de um Lula Sindicalista, mal vestido e cuja postura é meio curvada). Questiona Lula Presidente (que usa botom em defesa da CPMF), o personagem de Lula Sindicalista diz: “Não acredito que você sou eu!” e o tratamento que lhe dá o personagem de Lula Presidente mostra que há, entre ambos, mais que um distanciamento: há uma forma de “denegação” (no sentido do termo que Freud propõe para o inconsciente), em situações de *recusa em admitir o óbvio*. Nesse discurso autoritário de poder, Lula Presidente se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor, ou seja, conscientemente anula o “eu” discursivo do passado, o sindicalista, denegando essa relação com ele próprio no passado.

Um outro recurso do dizer utilizado pelo chargista e que apresenta novo mecanismo de heterogeneidade é a separação da expressão usada por Raul Seixas e que mudou de “metamorfose ambulante” para “metamorfose política, meu caro ambulante”, porque, além da voz do cantor (já citada), é explorada a ambiguidade do termo “ambulante”. Quando o sujeito discursivo Lula diz “meu caro ambulante”, ele considera seu interlocutor (o Lula Sindicalista) tal qual um vendedor ambulante/ ou um retirante (condição em que Lula chegou a São Paulo), e, ao mesmo tempo, justifica conscientemente seu discurso presente, ou seja, o *ambulante* é aquele que não permanece no mesmo lugar, está sempre sujeito a mudanças. Por extensão, comparam-se os dois personagens: o “ambulante” e o “não-mais-ambulante”, porque, aceitando a defesa da CPMF, ele se “situou” como um político que já quer “fixar-se” no *status* alcançado, que não quer voltar à condição de alguém que perambula com multidões, em busca de direitos.

No *contexto em sentido estrito*, a charge mostra o impasse causado entre as duas formas-sujeito, no momento em que é revelada a metamorfose política de Lula no exercício do poder: como Presidente da República, a favor da CPMF, num discurso atrelado à sua posição de governo, em contraposição ao discurso do passado, como sindicalista, que lutava pelo fim dessa carga tributária.

O *contexto em sentido lato* retoma os dados do interdiscurso, para contrapô-los à posição do sujeito enunciada pelo personagem de Lula Presidente. O contexto amplo permite uma visão global das duas situações: quando Lula discursava como sindicalista, e no momento em que Lula enuncia como Presidente eleito. Apreende-se que o Presidente da nação, eleito como representante do povo, sofre uma metamorfose política,

governa em nome do poder defendendo a CPMF. Parte da memória discursiva do povo investiga essa mudança: primeiro, a tentativa de prorrogar a CPMF que Lula tanto combatia e criticava na “era FHC” – e a metamorfose política como presidente, defensor do imposto, justificando sua posição em nome da governabilidade.

O contexto lato também evidencia uma contradição no destino do imposto criado para “fins sociais”, para a saúde, fome zero, etc., ou seja, para atender “ao povo”: mostra que a CPMF é cobrada das classes pobre e média, principalmente do trabalhador assalariado, que é obrigado a receber em banco. Só o trabalhador tem 100% do seu salário tributável pela CPMF, isto porque, quando ele compra produto ou contrata serviço, o preço já vem com o imposto embutido. É nesse contexto lato, que abrange presente e passado, que um Lula Sindicalista acharia admissível opor-se a um Lula Presidente, ou seja: a ideologia (crenças e valores) do primeiro repudiariam o Lula Presidente tal como é mostrado, ou seja, investido da ideologia que o torna um sujeito de direita.

Diante da postura política de Lula, isentando investidores estrangeiros e exportadores da CPMF, conclui-se que o seu discurso sai em defesa da posição que ocupa, e a metamorfose é justificada, porque o que está em jogo é a cobrança de 40 bilhões arrecadados anualmente pela CPMF, o grande responsável pela mudança em questão.

Desse modo, a charge, embora seja um texto de pequeno porte, veicula um discurso rico de possibilidades interpretativas, porque sintetiza, no que é dito, os já-ditos do interdiscurso, convocando-os para completar o sentido.

5. *Considerações Finais*

Embasados pelas teorias da Análise do Discurso, propusemo-nos a analisar um corpus sobre a mesma temática: uma charge e uma reportagem, tendo em vista que há a necessidade de que a teoria intervenha, a todo momento, para reger a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação.

Desse modo, à luz da teoria, foi feita comparação de tais objetos simbólicos, para extrair deles os sentidos que são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Orlandi diz que “todo discurso se delineia na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2002, p. 44), e o corpus analisado atesta isso.

Inicialmente, pode-se dizer que uma vez que a charge foi divulgada poucos dias depois da fala de Lula, o humorista pode ter se baseado no discurso do Presidente divulgado pela reportagem selecionada (ou por outra similar), na qual ele justifica sua “metamorfose política” em nome da governabilidade (a favor da CPMF).

No corpus analisado, Luís Inácio Lula da Silva exibe um discurso heterogêneo, e se constitui também como um sujeito heterogêneo, descentrado, porque justifica seu discurso como reflexo de sua condição como presidente da República (a favor da CPMF). A negação da formação discursiva antes assumida já aponta essa voz anterior, que fica registrada no interdiscurso.

Outro aspecto a ser pensado é sobre o que levou Lula a mudar de posição, além do papel que desempenhou na sociedade. Conclui-se que o sujeito discursivo está vinculado a uma ideologia voltada para a manutenção do status adquirido, para o sistema capitalista (concepção althusseriana de discurso). Fundamenta-se esta afirmativa em Mussalim que afirma que “a classe dominante, para manter sua dominação, gera mecanismos que perpetuam e reproduzem as condições materiais, ideológicas e políticas de exploração, dentre esses mecanismos, os aparelhos ideológicos do Estado (AIE)” (MUSSALIM, 2001. p. 123).

Quando não estava no poder, Lula se opunha a qualquer projeto colocado em discussão pelo governo, o que, de certa forma, podemos considerar como uma norma de manutenção de uma classe que obteve uma forma de dominação (a classe dos sindicalistas, que usava a força das greves e dos piquetes). Como presidente, o discurso de Lula mostra-se assujeitado a formações discursivas que contradizem sua antiga postura, porque o vinculam à classe dominante que está no governo, e da qual ele não quer mais desligar-se, justificando-se em enunciados como: “quando você é oposição você acha, você pensa, você acredita. Quando você é governo, você não acha, nem pensa e nem acredita. Você faz ou não faz”. De acordo com essas palavras, percebe-se claramente a visão do sujeito discursivo, revelando que governo e oposição costumam ter posições claramente determinadas e distintas dentro da democracia, mas, quando um político ou partido chega ao poder, deve mostrar-se mais conservador, mesmo que para isso abra mão daquilo que o próprio partido sempre defendeu quando era oposição. A ruptura de discurso manifesta-se também no *sentido*, quando Lula – considerando como inerente àqueles que (como ele um dia) estão fora do governo a atitude de “achar, pensar, acreditar” –, opõe essa postura a “não achar, não pensar, não acreditar: fazer ou não fazer”, deixando o pressuposto de que uma atitude exclui a outra.

No exercício do poder, Lula defende a prorrogação da CPMF. Ao analisar as condições de produção do discurso da charge e da reportagem, o leitor percebe que o discurso de Lula é paradoxal: quer investir o dinheiro do imposto em programas sociais que visam a atender o povo, mas onera esse mesmo povo com uma carga tributária exorbitante, embora os fins do tributo não contemplem as necessidades do cidadão de modo satisfatório. A CPMF tem, como características, além de taxar igualmente 0,38% tanto para as camadas mais ricas quanto para as mais pobres da população, também atingir todas as etapas da produção de um bem, como a fabricação, a distribuição e a revenda, o que termina por encarecer o preço final de qualquer produto.

Pela memória discursiva, sabe-se que, no dia 13 de dezembro de 2007, Lula, que precisava do apoio de dois terços dos congressistas, fez sua última tentativa de convencer os senadores de oposição a votarem a favor da prorrogação da CPMF. Utilizou, para isso, uma carta que circulou junto à sua bancada, na tentativa de conquistar essa oposição, o que não deu resultado. A manutenção do imposto foi rejeitada no plenário do Senado por 45 votos a 34. O governo precisava de 49 votos para aprovar a PEC, que também tratava de prorrogação da Desvinculação das Receitas da União até 2009. Venceu a oposição, que “entendeu os sentimentos do povo brasileiro” (?).

Diante dos discursos analisados, pergunta-se: *se Lula pregou uma mudança em relação à política tributária praticada no governo FHC, por que, ao assumir o cargo de presidente, tentou aprovar uma prorrogação da CPMF até 2011?* A diferença é que hoje Lula é governo e, assim como o ex-presidente FHC, assume discursivamente essa forma-sujeito, independentemente de ter tido sempre a forma-sujeito de um militante do PT. E o povo (ingenuamente) espera que um político eleito por determinado partido mantenha-se fiel aos princípios que o grupo defende.

Podemos concluir que, tanto o discurso de Lula como sindicalista, quanto seu discurso como presidente, estão vinculados ao lugar que a forma-sujeito correspondente ocupa dentro da sociedade e com o discurso que se espera ser enunciado nessas posições-sujeito. Se o sujeito “não é livre para dizer o que quer” (MUSSALIM, 2001), tem o seu dizer regulado por seu lugar no interior da formação ideológica que adota. Fica claro que aquilo que o sujeito pode, deve ou não dizer se dá a partir desse lugar que ocupa, levando-se em conta sua relação com a classe sociopolítica e ideológica em determinada conjuntura social, e que se materializam por meio das formações discursivas que sua posição-sujeito revela.

Como resultado dessa análise, podemos dizer que Lula constitui-se num sujeito discursivo que se situa dentro das previsões da Análise do Discurso: um sujeito que não é “fiel” a suas formações discursivas, porque não é fiel a suas formações ideológicas e que tenta “conciliar” esses dois extremos, quando apresenta a justificativa de que está agindo para o país, “como um pai agiria em relação ao filho”, ou seja, refletindo se pode voltar atrás em sua decisão, numa atitude conciliatória e magnânima. O problema é que o brasileiro sabe que Lula só mudou sua posição-sujeito, porque lhe convém, em termos de “solução de problemas”, não se tratando, evidentemente, do bem do país, como pretende sua justificativa paternalista. A diferença entre os dois textos comparados é justamente a de que, na charge, porque o humorista mostra a situação de forma mais sintética, ele subtrai as desculpas, que são apresentadas pela reportagem. Mas é a apresentação dessas desculpas que esclarece que, no episódio enfocado pelos textos de nosso corpus, ocorre o mesmo estratagema utilizado por Lula que, quando foi visitado por integrantes do Movimento dos Sem-Terra, colocou o boné do grupo na cabeça³. Seu gesto foi fortemente criticado pela mídia e, numa provável reação a tais críticas, Lula passou a repetir o procedimento, ou seja: sempre que recebia a visita de um grupo que tivesse flâmulas ou bonés, ele compartilhava com os visitantes do símbolo que os caracterizava. Pretendia-se, com isso, dar a entender que o gesto de colocar na cabeça o boné dos Sem-Terras inseria-se num comportamento habitual ao Presidente, numa atitude de anfitrião que costuma receber com informalidade seus convidados. A estra-

³ O gesto de Lula ao colocar o boné dos Sem-Terra e a repercussão de sua atitude na mídia foram exemplarmente analisados por Inês Staub Araldi em seu artigo “A carapuça da discórdia: uma análise dos discursos que emanam de um gesto presidencial”, disponível no site: www3.unisul.br/paginas/ensino/posl.../0502/6%20art%204.pdf

tégia discursiva fica clara: pretendia-se, com a “unificação” do procedimento, *mudar as condições iniciais de produção do discurso*, ou seja, inseri-lo entre tantos outros gestos similares que “caracterizariam” o anfitrião, em qualquer circunstância, e não numa tomada de posição a favor dos Sem-Terra. Alterando-se as condições de produção, altera-se a leitura do discurso.

Ora, no fato em análise (sobre a CPMF), acreditamos que tenha ocorrido estratégia similar, desde que, ao justificar-se como “um pai que pondera sobre a situação do filho”, Lula modificou a leitura que o brasileiro fez de seu gesto concebido na condição de operário petista: da mesma forma que o fez na condição de Presidente naquele momento, pretendeu dar a entender que ele (Lula) simplesmente tomava uma atitude que era fruto de uma reflexão. Pretendeu unificar as duas posições-sujeito num denominador comum: tanto o ataque quanto a defesa da CPMF deveriam ser lidos como decisões resultantes de prudência, independentes da ideologia manifestada nessas decisões, independentes de essa “prudência” revelar que, por trás de *duas posições-sujeito tão opostas*, havia *duas formas-sujeito*, que, tal como mostrou o chargista, se rejeitavam. Ao unir num denominador comum essas formações discursivas contrárias, Lula inaugurou uma nova formação discursiva: que é constituída por dizeres que se rejeitam, mas que se solidarizam na justificativa apresentada do “bem visado para o povo”, ou, na metáfora por ele usada: “o que seria melhor para o filho”.

Revela-se pertinente a teoria utilizada, desde que nos leva a constatar que Lula, sem admitir a oposição das duas formações discursivas, tentou, ao contrário, mostrar que ambas se “conciliavam”, o que evidencia o fato de que ele se manteve fiel à verdadeira formação ideológica que move a maioria de nossos políticos: a demagogia.

Maria de Fátima Machado é estudante do 6.º período de Letras do UNIPAM. O trabalho foi escrito sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Sidnei Cursino Guimarães Romão.

Referências

ARALDI, Inês Staub. “A carapuça da discórdia: uma análise dos discursos que emanam de um gesto presidencial”. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. 2., jan./jun. 2005, p. 323-336. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem – Unisul. Tubarão. Disponível em: www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/.../0502/6%20art%204.pdf

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. de Celene M. Cruz e João W. Geraldi. *Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas*, n.º 19, 1990, p. 25-42.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 8 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. 2 ed. São Paulo: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola. 1996.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. Em: Mussalim, F. e Bentes, A.C.(orgs). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001, vol. 2, p. 101-142.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

Fontes da internet

<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/12/05/327454159.asp>

<http://ciceroart.blogspot.com/>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/CPMF>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_In%C3%A1cio_Lula_da_Silva

<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp>

ANEXO

Lula apela pela CPMF e faz mea-culpa por ter sido contra o imposto no governo FHC

Luiz Cláudio de Castro e Rodrigo Viseu

O Globo Online

Publicada em 06/12/2007 às 00h15m

Ao discursar no lançamento do PAC da Saúde, que prevê investimentos de R\$89 bilhões no setor em quatro anos incluindo R\$ 24 bilhões da CPMF e da emenda 29, o residente Luis Inácio Lula da Silva transformou o evento, no Palácio do Planalto, numa grande ato de defesa da manutenção do imposto do cheque. O presidente avisou que a cifra só será atingida se houver a prorrogação do tributo, apelou à responsabilidade dos senadores e fez uma mea-culpa. Lembrou, diante de 20 governadores, que, quando a proposta da criação da CPMF foi à votação, ele, como dirigente petista, obrigou os deputados do seu partido a votarem contra. Somente Eduardo Jorge, sanitarista que hoje está no PV, foi favorável.

O partido baixou o centralismo – descreveu Lula, para, em seguida, dizer que agora, no governo, arrepende-se da atitude.

O presidente chegou a citar um trecho da música “Metamorfose Ambulante”, imortalizada na voz de Raul Seixas, para justificar sua mudança de posição. O presidente disse não se incomodar com a mudança e afirmou que ela é reflexo de sua nova condição, a de presidente da República.

Eu prefiro ser uma metamorfose ambulante, mudar de acordo como as coisas mudam. Eu não tenho a dureza do manifesto de um partido comunista ortodoxo que diz que tudo já está escrito. Não, tem muita coisa que não está escrita ainda – disse.

Lula disse que precisou chegar à presidência para perceber que é muito mais fácil fazer oposição e convocou os governantes a tentarem convencer os senadores a aprovarem a prorrogação da CPMF. Vinte governadores estiveram presentes no lançamento do PAC.

Seria extremamente importante que cada governador conversasse como os senadores de seus estados para fazer uma reflexão do que representa a não-aprovação da CPMF – disse.

Para o presidente, a prorrogação do tributo não pode ser tratada como uma disputa entre situação e oposição ou como a possibilidade de impor uma derrota a ele próprio.

Alguém, de modo simplista, pode pensar: vou prejudicar o governo Lula. Se fosse assim, diria para votar contra.

O presidente chegou a brincar com a imprensa, dizendo que a mídia esperava que ele fizesse um duro discurso contra a oposição e a favor da CPMF.

Mas aos 62 anos não tenho mais tempo de ser violento.

Lula comparou a relação de pais e filhos para explicar as oposições de governo e da oposição favorável e contrária à prorrogação do imposto. Segundo ele, assim como é mais confortável ser filho, também é mais fácil estar na oposição e cobrar mais recursos do que o governo pode oferecer. Na leitura do presidente, ao cobrar o fim do imposto, a oposição estaria agindo como um filho que não tem noção das dificuldades dos pais para sustentar a família. Ainda segundo Lula, a CPMF hoje é essencial para garantir os investimentos em saúde e programas sociais.

Eu aprendi com minha mãe: vocês só vão aprender a ser pai quando virarem pai. Enquanto vocês são filhos, vão ser oposição. Querem mais dinheiro do que a gente quer dar, quer sair mais, quer navegar mais na internet. Na primeira dor de barriga, o filho começa a se tocar: puxa vida, como meu pai sofreu para me criar. Eu precisei chegar na Presidência da República para perceber que é muito mais fácil ser oposição do que governo. Quando você é oposição você acha, você pensa, você acredita. Quando você é governo, você não acha, nem pensa e nem acredita. Você faz ou não faz (*O Globo Online*).